



PREFEITURA DE

CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

 **Mais
Ciência**

Educação e inclusão de jovens e adultos em situação de rua – conexão entre saberes, participação e compromissos

Docente orientadora: Leda Regina de Barros Silva

Discente bolsista: Iza Marcia Gomes de Freitas

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

2026



SUMÁRIO

RESUMO	3
INTRODUÇÃO	4
REVISÃO DA LITERATURA	7
MATERIAIS E MÉTODOS	10
RESULTADOS E DISCUSSÃO	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS	25

RESUMO

A centralidade do projeto buscou tratar a educação em sua totalidade social, tendo por base a concepção de alcance e ingresso enquanto inclusão social de sujeitos em situação de rua na perspectiva da construção de rupturas com os múltiplos processos de discriminação e preconceito, considerando aspectos relacionados à interseccionalidade de raça, classe e gênero. Voltou-se para a articulação entre saberes e compromissos nos espaços institucionais mediado pelos sujeitos profissionais e gestores no sentido de despertarem para a ressignificação de valores sobre as trajetórias históricas de pobreza, desigualdades e vulnerabilidades a que foram submetidos. Trata-se de pesquisa apresentada ao Programa Mais Ciência da Secretaria de Educação, Cultura e Tecnologia da Prefeitura Municipal de Campos, com vistas ao aprofundamento dos primeiros resultados obtidos no ano de 2024 junto aos sujeitos em situação de rua institucionalizados em dois equipamentos públicos da proteção social de alta complexidade, onde a educação e trabalho foram duas categoriais sociais que passaram a ser incorporadas em suas narrativas como determinações sociais apreendidas como perdas históricas, em função da ampliação da condição de rua, da fragilidade e quebra dos vínculos familiares, assim como dos impactos gerados pelo uso e dependência a substâncias psicoativas. Os diálogos e a potencialização da escuta, enquanto metodologia para impulsionar processos participativos possibilitaram a busca por variadas procuras formativas, o despertar de interesses educacionais e profissionalizantes, assim como ingressos no campo educacional para jovens e adultos, no ensino fundamental I e II, no ensino médio, em pré vestibulares públicos e universidades.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa reapresentada para o biênio 2025-2026 oportunizou a ampliação das observações e estudos sobre as demandas sociais apreendidas ao longo de anos de acompanhamentos por meio de pesquisas de iniciação científica e extensão, no território de Campos dos Goytacazes, com pessoas em situação de rua dentro e fora de acolhimentos institucionais. Partindo de suas travessias e desejos, efetivou-se a execução do referido projeto envolvendo visitas às instituições com a priorização de pautas direcionadas aos temas do ingresso e participação nas estruturas de formação escolar da educação de jovens e adultos, assim como acerca de seus cotidianos sociais, internamente nas instituições de acolhimentos e na relação direta com as ruas do município.

De acordo com o Observatório de Políticas Públicas da UFMG (2026), que trabalha com dados do CadÚnico, o número de pessoas em situação de rua no Brasil cresceu cerca de 88% entre 2020 e 2025 (OBPopRua, 2026). Dados estes que atualizam, com números inquestionáveis, esse quadro de profundas desigualdades socioeconômicas enfrentadas por essa parte da população brasileira mais vulnerabilizada e evidenciam que faz-se necessário um olhar mais atento e ações mais efetivas para uma demanda tão complexa como essa.

A literatura especializada aponta que a situação de rua resulta de uma combinação de fatores estruturais e individuais socialmente determinados. Entre os fatores estruturais destacam-se o déficit habitacional, o desemprego, a baixa escolaridade, a pobreza, a precariedade da infraestrutura urbana e a redução de programas sociais. Além disso, aspectos relacionados à vulnerabilidade, como negligência e violência na infância, deficiências crônicas, transtornos mentais e uso abusivo de álcool e outras drogas, também contribuem para esse fenômeno. A fragilidade ou ruptura dos vínculos sociais e familiares é igualmente considerada um fator relevante. Dados do Cadastro Único indicam que a exclusão econômica é apontada por 54% das pessoas cadastradas como causa da situação de rua, seguida pela fragilização e ruptura dos vínculos familiares (47,3%) e por problemas de saúde, incluindo saúde mental e uso abusivo de álcool e outras drogas (32,5%) (IPEA, 2025).

Considerando que o fenômeno da população em situação de rua no Brasil é uma expressão acentuada da questão social contemporânea, cuja maioria dessa referida população é composta por jovens e adultos vitimados pela pobreza extrema, por vínculos familiares fragilizados ou interrompidos, dependência química e pela falta de moradia (IPEA, 2024), bem como a ausência das demais condições para uma vida digna prevista na

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, percebe-se que essa trajetória revela que a situação em que esses sujeitos se encontram é produto de um acúmulo de violações de direitos humanos e sociais, e não de escolhas individuais.

Historicamente, pode-se afirmar que essa camada populacional está diretamente ligada aos quadros constantes dos múltiplos processos de acumulação do capital e às crises no mundo do trabalho; ou seja, é um produto do sistema capitalista, que se estrutura na exploração do trabalho (Nunes, Senna e Cinacchi, 2022). Desde a Revolução Industrial, até os processos de urbanização acelerada no Brasil - estritamente relacionados aos avanços e retrocessos em território europeu, devido a sua estruturação enquanto país colonizado - observou-se a expulsão de grandes contingentes de trabalhadores do campo para a cidade sem condições de inserção formal no mercado.

Todavia, se atentarmos para as raízes históricas brasileiras, veremos tanto como esse processo se aprofunda com a escravidão e por uma abolição sem políticas de inclusão, quanto se agrava devido às sucessivas crises econômicas que produziram esse excedente de força de trabalho não absorvido (Escorel, 2000; Iamamoto, 2020; Pochmann, 2021). Dessa forma, a rua passa a ser o espaço de sobrevivência para aqueles que o capital não consegue ou não lhe interessa incorporar, e que devido a inúmeros fatores associados, passa ser o destino dos mais vulnerabilizados. Com a abolição da escravatura e o abandono dos escravizados, sem nenhum tipo de reparação, nenhum amparo por parte das autoridades, sem moradia, sem o básico para a sobrevivência humana, essa parcela da população brasileira sobreviveu por resistência e insistência em seu direito de existir; conforme explica Theodoro, (2022):

A população negra resistiu a todo tipo de adversidade. Resistiu habitando em mocambos, em favelas, nas áreas rurais mais insalubres. Resistiu sem acesso a serviços mínimos de saúde, sem educação de qualidade, sujeita à violência policial, ao brutal encarceramento e ao extermínio sistemático, com os assassinatos que, a cada 23 minutos, tiram a vida de um jovem negro brasileiro. Resistiu também às condições piores de trabalho, perpetuando-se como mais passível ao desemprego, ao subemprego e à informalidade. Nesse cenário, a condição da população negra no Brasil não poderia ser outra senão a de pobreza que historicamente a aflige (Theodoro, p.19).

Na contemporaneidade, com o capitalismo em sua fase de aprofundamento neoliberal, esse fenômeno se agrava ainda mais, pois a precarização do trabalho, o desmonte dos direitos sociais e a financeirização da vida, não somente intensificam como aumentam as expressões da questão social (Behring, 2008; Antunes, 2020; Iamamoto, 2020). Todos esses fatores culminam no desemprego estrutural, no trabalho informal e intermitente, em crises de moradia e na criminalização da pobreza; o que associado aos conflitos familiares e à dependência de substâncias psicoativas, recolocam essas pessoas

nas

ruas.

Partindo desta historicidade e das múltiplas reiteraões das práticas de violação de direitos das pessoas em situação de rua, a pesquisa ampliou a busca no sentido de pensar o direito à educação associado a esse público no município de Campos dos Goytacazes, na perspectiva da compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos em seus marcadores de raça, gênero e formas de apreensão sobre a classe social em que se encontram.

A justificativa recai no desvelamento dessa relação paradoxal entre saberes, educação e a população de jovens e adultos em situação de rua. A carência formativa educacional, seja no âmbito da infrequência escolar como acerca dos significados que a educação tem em seus cotidianos sociais, tendem a se constituírem os principais fatores que contribuem para a perpetuação da situação de empobrecimento à pobreza extrema, que atravessam a trajetória desses sujeitos; somada ao acesso tardio destes às políticas públicas e à falta de uma integração intersetorial para resolver demandas tão complexas que envolvem essa camada populacional.

Mediante a esse contexto, a pergunta em questão é: como se expressa a relação paradoxal entre educação e jovens e adultos em situação de rua, compreendendo os percalços, motivações e percepções desses sujeitos quanto à modalidade educacional voltada para jovens e adultos em situação de rua (EJA) enquanto possibilidades que podem representar para o retorno escolar?

Diante de um quadro mais amplo, bem como no âmbito local, baseamo-nos na hipótese de que entende-se que a implementação das condições reais para a inclusão de jovens e adultos em situação de rua depende de suas vivências, sendo assim de fundamental importância a consideração de suas percepções marcadas pela rejeição a sua formação escolar enquanto jovens e adultos – visões estas que derivam de trajetórias enfatizadas por inúmeras violências e desigualdades estruturais, e cujo cenário se potencializa por tendências ao descrédito por parte de gestores e equipes técnicas das instituições de acolhimentos públicos institucionais quanto ao real potencial transformador da educação formal para esses indivíduos.

Quanto aos objetivos, a pesquisa busca identificar e analisar as desigualdades educacionais enfrentadas por pessoas em situação de rua acolhidas institucionalmente; onde a investigação focou em suas trajetórias escolares, nos motivos da evasão e no perfil estatístico. Para isso, utilizou-se narrativas, questionários, bancos de dados institucionais, com o intuito de sistematizar e divulgar os resultados obtidos.

Pensar a educação de jovens e adultos em situação de rua exige superar a lógica da negação e da invisibilidade e buscar o paradigma da inclusão a partir de uma prática educativa que reconheça os saberes produzidos na rua, dando lugar à escuta do que esses indivíduos pensam sobre si mesmos e suas relações com a realidade social da qual fazem

parte, conectando sua trajetória no intuito de obter, segundo suas perspectivas em relação para além das ruas, um futuro de acesso aos direitos outrora negados. Ademais, faz-se necessário a informação de que não houve alterações no plano inicial do projeto.

REVISÃO DA LITERATURA

Para se pensar a educação para o público em situação de rua, é preciso primeiro revisitar a historicidade desse campo no Brasil e as disputas que o acompanham. O processo de formação da educação formal brasileira foi marcado por profundas contradições, exclusões sociais e preconceitos. Embora na Constituição de 1824 tenha se estabelecido, no plano legal, a gratuidade do ensino primário e a criação de escolas públicas para as crianças residentes do Brasil, o acesso à educação permaneceu restrito a determinados grupos sociais (Brasil, 1824).

Na prática, a escolarização era negada a parcelas significativas da população, especificamente às pessoas negras escravizadas e, em diversas províncias, também aos negros africanos livres e libertos. Leis provinciais e outras legislações proibiam explicitamente a matrícula de escravizados e africanos nas escolas públicas ou restringiam e impediam o ensino da leitura e da escrita para essa população, limitando, em alguns casos, a instrução de mulheres escravizadas apenas ao aprendizado de atividades domésticas (Barros, 2016).

Essas restrições demonstram que a educação foi utilizada como uma ferramenta para a manutenção das desigualdades sociais e raciais, reforçando a negação da humanidade às populações negras. Os efeitos desse processo histórico permanecem perceptíveis na atualidade, refletindo-se na predominância de pessoas negras entre a população em situação de rua, conforme evidenciado por dados de levantamentos municipais e nacionais ao longo dos anos (IPEA, 2024; Campos dos Goytacazes, 2022; Cunha e Rodrigues, 2009). Dessa forma, o racismo estrutural é compreendido como um elemento central para explicar as desigualdades educacionais e sociais que persistem no país.

Ademais, se torna ainda mais claro a maneira como as escolas são utilizadas como ferramentas do Estado para exercer o seu poder sobre a população. Segundo Foucault (1979), as artimanhas de controle social e imposição de forças estão para além dos castigos físicos; estas abrangem também a restrição dos movimentos do corpo como forma de controle. Nessa perspectiva, o Estado define, por meio de dispositivos legais e institucionais, quais corpos têm maior legitimidade para ocupar determinados espaços

sociais, incluindo as ruas e as instituições escolares. Torna-se natural enxergar como o não acesso à educação formal ou mesmo o conteúdo apresentado nesses espaços – como o ensino de prendas domésticas às mulheres negras – faz parte de um projeto de estado planejado para impor a marginalidade aos corpos dissidentes ou propiciar a permanência destes nas margens.

A trajetória histórica da população em situação de rua também evidencia os mecanismos de exclusão e repressão, aplicados de forma sutil ou mesmo escancarada. Desde o período colonial, pessoas em situação de mendicância — em grande parte escravizados livres ou alforriados — eram tratadas sob uma perspectiva assistencialista baseada na caridade cristã (Mestriner, 2008). Logo consolidou-se no Brasil um modelo de assistência pautado pelo higienismo social, inspirado nos moldes europeus, cujo objetivo não era apenas oferecer auxílio, mas controlar e retirar das ruas aqueles considerados indesejáveis, mascarando ações higienistas como ações caritativas (Mestriner, 2008). Esse paradigma articulava práticas de repressão e disciplinamento social, antecipando políticas de exclusão que permaneceriam presentes nas décadas seguintes.

No século XX, essa lógica punitiva foi reforçada pela Lei das Contravenções Penais de 1941, que tipificava a mendicância como contravenção, prevendo penas de prisão em determinadas circunstâncias e expressava a tendência de responsabilizar individualmente as pessoas em situação de rua por sua condição, desconsiderando os fatores econômicos, políticos e sociais envolvidos (Brasil, 1941).

Acompanha-se ainda o crescimento da população em situação de rua devido a intensificação do êxodo rural no Governo Vargas, onde a política de industrialização incentivou a migração de trabalhadores do campo para os grandes centros urbanos em busca de emprego, porém a oferta de postos de trabalho não foi suficiente para absorver essa mão de obra (Monzelli, Cagnin e Navarro, 2023). Como consequência, ampliou-se significativamente o número de pessoas desempregadas e em condições de extrema pobreza, ampliando o fenômeno da situação de rua.

Após o período da ditadura militar, a redemocratização brasileira inaugurou um novo momento na garantia de direitos sociais. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consolidou princípios fundamentais relacionados à cidadania, à dignidade humana e aos direitos sociais, estimulando a participação popular e o fortalecimento dos movimentos sociais. Nesse contexto, intensificaram-se as reivindicações em defesa da população em situação de rua, resultando na criação de importantes marcos legais e políticas públicas, como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o fortalecimento do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) e, posteriormente, a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR).

Esses avanços representam o reconhecimento gradual da necessidade de enfrentar historicamente os processos de exclusão social, educacional e econômica que atingem essa população, ainda que os desafios para a efetivação desses direitos permaneçam significativos.

No entanto, os dados mais recentes apresentam que, apesar dos avanços normativos e institucionais, a população em situação de rua continua crescendo e se transformando (IPEA, 2024; Campos dos Goytacazes, 2022; UFMG, 2025). Esse cenário evidencia a persistência de desigualdades sociais historicamente instituídas e trazem luz às limitações na implementação e efetivação das políticas públicas. É nesse contexto que a educação emerge como eixo desta pesquisa, sendo compreendida como uma possibilidade de transformação das condições de vida experienciadas pela população em situação de rua.

A produção científica acerca da escolarização de jovens e adultos em situação de rua ainda é limitada, mas palco de construções importantes e de resultados relevantes sobre o viver nas ruas e a forma como tais experiências moldam a percepção do sujeito acerca de assuntos como aprendizagem, escola, educação e futuro.

Segundo Almeida e Oliveira (2015), o viver nas ruas é produtor de conhecimentos inúmeros que educam, por meio da realidade cotidiana, os sujeitos acerca de sobrevivência, comunidade, humanidade e cuidado. Os saberes produzidos nesse espaço são amplos e dotados de sentido por aqueles que tiveram que se descobrir ou redescobrir na vivência da situação de rua, e que não foram ensinados em espaços de ensino formal. Nas ruas, esses indivíduos se tornam tanto educandos como educadores (Almeida e Oliveira, 2015).

No que tange a estudos publicados e realizados com pessoas jovens e adultas que frequentaram o ambiente escolar formal, os resultados apontam a importância do diálogo com as violências, desigualdades e opressões vividas pelos sujeitos, com o fim de se aproximar de suas construções de mundo e falar a partir de um ensino que faça sentido com suas trajetórias (Souza e Vieira, 2022).

Aproximar a linguagem e as pautas das vivências dos sujeitos colabora para aumentar o sentimento de pertencimento e identificação com o espaço, sentimento este que se apresenta visto ao longo tempo afastado do ambiente escolar (Novaes, Souza e Pereira, 2019).

Reitera-se que aparecem como percalços na trajetória desses sujeitos, experiências de preconceito nas instituições, falta de materiais de estudo ou sobrevivência básica como roupas e artigos de higiene, enfrentamentos de dependência química, falta de apoio familiar e comunitário, urgência em atividades com retorno financeiro imediato, falta de documentações e burocratização no processo educacional. (Novaes, Souza e Pereira, 2019; Souza e Vieira, 2022; Rodrigues, 2025).

A revisitação à literatura especializada, com aproximações à novas bibliografias, tem permitido compreender que os impedimentos enfrentados por essa população são inúmeros, mas a escola permanece como um espaço desejado e valorizado por muitas pessoas em situação de rua, ainda que vista como distante de si mesmas.

Diante desse cenário, torna-se necessário compreender a educação para além da escolarização formal e sob a perspectiva dos sujeitos que usufruem ou usufruíram desta. Partindo dessa perspectiva, a pesquisa mantém sua relevância a partir da possibilidade de dialogar e realizar trocas sobre a realidade vivida e as possibilidades de construção de novos caminhos partindo dos sujeitos em situação de rua institucionalizados, bem como na investigação do que nos aponta a realidade específica de Campos dos Goytacazes.

MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente optou-se pela abordagem qualitativa como fundamento metodológico, visto a importância da busca pela compreensão das relações sociais desenvolvidas pela população jovem e adulta em situação de rua na perspectiva da totalidade social e mediações presentes em suas múltiplas determinações sociais, políticas, econômicas e culturais (Lukács, 2012).

Entende-se que se trata da abertura de possibilidades para investigar a complexidade das relações sociais, voltando-se para aspectos que não podem ser reduzidos ou quantificados, mas que se expressam nos significados, nas experiências e nas subjetividades dos sujeitos envolvidos.

Partindo dos discursos tecidos, compreendidos não somente na comunicação oral, mas abrangendo todas as formas de compartilhamento de informações, as pesquisadoras reuniram os aspectos observados e os analisaram a partir do referencial teórico que guardava mais aproximação com as realidades apresentadas pelos sujeitos que a vivenciaram.

No entanto, foram mescladas diferentes técnicas de abordagem e metodologias, levando-se em consideração a importância dos levantamentos estatísticos, da busca por bancos de dados atualizados junto a órgãos e institutos de pesquisa, e, com isso, nos debruçarmos na organização de dados objetivos sobre as trajetórias de vida nas ruas e instituições, tendo por base as formas de viver, a diversidade de territórios e as relações sociais estabelecidas (ou não) com a educação e a formação escolar, tanto a nível municipal como nacional.

Quanto às diferentes técnicas de abordagem e metodologias, tanto as entrevistas orientadas por roteiros de questões, como os diálogos desenvolvidos individualmente e em

grupo, oportunizaram o acesso às variadas formas de pensamentos e reflexões sobre os seus cotidianos na rua e nas instituições frequentadas.

Em relação aos locais de desenvolvimento da pesquisa, foram previamente definidos e escolhidos dois acolhimentos institucionais públicos municipais para a população em situação de rua em Campos dos Goytacazes, cujo total de participantes da pesquisa compreendeu 60 pessoas. A escolha dos referidos equipamentos se deu devido a observação de maior permanência dos sujeitos em situação de rua em tais espaços; desta forma o local que tornou possível acompanhamento continuado. Observa-se que, no município, os sujeitos na rua propriamente dita possuem um padrão de comportamento migratório, percorrendo longos espaços ao longo de seu dia; portanto, dificultando o acesso constante dos pesquisadores aos indivíduos.

Os dados qualitativos foram coletados por meio de cine-debates, rodas de conversa, reuniões elaboradas com os acolhidos e para os mesmos, reuniões com a equipe técnica dos acolhimentos, com a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia e com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social. Foi aplicado, para a coleta dos dados quantitativos, um formulário de perguntas (objetivas e abertas) associadas à saúde, educação, cultura, aspectos emocionais e familiares, que trouxe para a pesquisa uma visão ampliada do viver nas ruas. Parte dos resultados foi exemplificado no Relatório final de 2024.

Nos anos de 2025/2026, a prioridade da pesquisa se deu no acompanhamento de um dos recursos metodológicos intitulado “trilhando caminhos” organizado no ano de 2024”, buscando-se compreender o efeito que as técnicas aplicadas obtiveram sobre esse público, assim como construímos aproximações sucessivas no decorrer do período, com vistas ao acompanhamento da (re)inserção nas escolas e faculdades por parte de alguns sujeitos em situação de rua e institucionalizados. A exemplo, foram desenvolvidos diálogos com as equipes técnicas e gestoras das instituições e com a coordenação geral e profissionais do órgão gestor da EJA - Educação de Jovens e Adultos, seja acerca do ingresso, seja acerca dos processos que envolviam a continuidade ou a descontinuidade daqueles que foram matriculados.

A relevância desse processo recai no fato de que parte do movimento de retorno à educação formal se deu a partir das pesquisas e das ações de extensão universitária realizadas nos anos de 2023 e 2024 nas duas instituições públicas, sendo que no ano de 2024 houve a maior ênfase investigativa e de aplicação de dinâmicas interativas contínuas.

Entende-se que a dinâmica da pesquisa suscitou sentimentos que ressoam em suas trajetórias e movimentou o processo de retorno; no entanto, ressalta-se a importância do contínuo acompanhamento do processo educacional para além do ingresso, da inserção, devendo abarcar, também, as variadas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais

da permanência escolar.

Dessa forma, focou-se em acompanhar o retorno dessas pessoas às instituições educacionais, verificar como estava a adaptação das mesmas neste ambiente, suas percepções desse processo, a percepção das equipes técnicas e os trâmites internos relacionados a tal. A partir daí, caminhamos para os resultados finais do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com vistas a agregarmos um conjunto de conteúdos, informações que a pesquisa sobre educação de jovens e adultos em situação de rua requereu, outros embasamentos se tornaram necessários para a ampliação das possibilidades de análise. O projeto de pesquisa, por meio da vertente de aproximações com a biblioteca digital de dissertações e teses (BDTD) da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior nos indicou conteúdos expressivos, nos apresentando distanciamentos de estudos e pesquisas sobre esse público jovem e adulto em situação de rua e sua relação com a educação nos ciclos etários em que se encontram. Outros componentes analíticos dizem respeito a dados de pesquisas realizadas no âmbito nacional e local.

Em Campos dos Goytacazes, no contexto de sua institucionalização, por meio de pesquisa de acompanhamento dessa população, verificou-se não somente os percalços enfrentados como os tensionamentos causados pelo aprofundamento das vulnerabilidades decorrentes das condições sociais desiguais a que são submetidos. Instalam-se, assim, incertezas que a situação de rua traz aos indivíduos, com impactos diretos no regresso aos estudos e na busca por ocupações, empregos que viabilizem a necessária e suficiente renda para recomeçarem a forma digna de vida que tanto almejam.

Ademais, o histórico excludente da educação para as populações brasileiras vulnerabilizadas evidencia contínuas privações, impedindo o pleno desenvolvimento no âmbito da educação. Trata-se de um quadro socialmente determinado, com reduzida atenção nas produções científicas, e recentemente tangenciado por políticas públicas e em sua intersectorialização.

Adiante, tais aspectos serão apresentados e analisados, partindo-se do referencial teórico utilizado como embasamento para a pesquisa.

3.1 Quadro 1 - Mapeamento bibliográfico

Tese/ Dissertação	Base de Dados	Título	Autoria	Ano	Instituição	Palavras- Chave
Tese	BDTD	A escola, o trabalho e a população em situação de rua: o caso da Escola Porto Alegre (EPA).	Renato Faria dos Santos	2023	UFRGS	População em Situação de Rua (PSR). Educação de Jovens e adultos (EJA) Trabalho-educação. Saberes do trabalho. Necessidade
Tese	Repositório	Os sentidos da mediação na prática pedagógica da Educação de Jovens e Adultos	Adriana Regina Sanceve darino Losso	2012	UNISINOS	Formação de professores. Mediação. Inclusão. Ensino-aprendizagem. Educação de Jovens e Adultos.
Dissertação	BDTD	Contra a Maré: projetos de vida e permanência na escola de alunos do Programa de Educação de Jovens e Adultos II (PEJA II), da Rede municipal de educação do Rio de Janeiro.	Roberto da Silva Santo	2022	UERJ	Juventude. Escola/EJA. Permanência. Projeto de vida.

Dissertação	BDTC/ CAPES	Osmar Fávero: contribuições para a educação brasileira e para a formação de pesquisadores em educação de jovens e adultos.	Beatriz Faustino da Silva Portela	2023	UFRRJ	Osmar Fávero. Educação. Educação de jovens e adultos.
Dissertação	Repositório	Não Somos Invisíveis: O crescimento da População em Situação de Rua no contexto recente – o caso da cidade de Niterói.	Bianca Resende da Silva	2024	UFF	População em Situação de Rua. Crescimento. Superpopulação Relativa, Crise do capital. Crise sanitária.
Dissertação	CAPES	O acolhimento da população em situação de rua: experiência do Núcleo de Trabalho Educativo da EPA.	Renato Faria dos Santos	2018	UFRGS	Educação de jovens e adultos. Trabalho e educação. População em situação de rua. Acolhimentos.

Dissertação	Repositório	População em situação de rua e os usos do território: uma análise das estratégias de sobrevivência na área central de Campos dos Goytacazes	Diogo Jordao Silva	2018	UFF	População em situação de rua. Campos dos Goytacazes.
Dissertação	Repositório	Nessa rua, nessa rua, tem educandos da EJA com narrativas fotográficas para nos contar.	Kleyne Cristina Dornelle Souza	2019	UnB	Educação de Jovens e Adultos. Pessoas em Situação de rua. Narrativas Fotográficas.

Fonte: Silva, 2026 Relatório de Encerramento do Estágio Pós Doutorado e Bases de dados BDTD; CAPES e Repositórios de Programas de Pós Graduação *Stricto Sensu* (elaboração própria).

Tendo por base o recurso utilizado do mapeamento bibliográfico de teses e dissertações, a temporalidade majoritariamente escolhida para esse recorte do estudo complementar para a pesquisa, foi dos últimos seis anos - 2018 a 2024 , sendo, também, identificada por oportunizar aproximações a uma produção específica de apresentação de debates e experiências por meio de dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Considera-se que a sistematização possibilitada pelo mapeamento, nos trouxe informações e dados relevantes sobre o lugar da produção acadêmica acerca dos sujeitos adultos e jovens em situação de rua e as vinculações teórico-metodológicas à educação em suas trajetórias de vida, seja sobre os significados atribuídos à educação, à formação escolar às instituições, o ingresso, seja por evasão, por interrupções, impedimentos e abandonos temporários em suas trajetórias de vida.

A partir deste percurso de estudos e pesquisas, questiona-se como está o debate sobre esse público e a educação de jovens e adultos com trajetórias de vidas nas ruas? Dos programas públicos de pós-graduação *stricto sensu*, da esfera federal e estadual, a pesquisa mostrou que grande parte das produções, encontram-se nos mestrados das ciências sociais aplicadas, humanas e da saúde – áreas da política social, educação, psicologia e enfermagem –, que desenvolvem estudos teórico-metodológicos relacionados às condições sociais, institucionais e históricas da população em situação de rua, tais como em questões sobre saúde e suas especificidades relativas aos transtornos psíquicos, dependência química à substâncias psicoativas, violências múltiplas, racismo, desigualdades de gênero, entre outros.

Quanto às teses de doutorado, as produções encontradas apresentaram-se restritas em estudos sobre esse público, sendo que as existentes são voltadas às complexidades das relações sociais, da questão social, do Estado e os sistemas institucionais das políticas públicas e a intersectorialidade dos programas sociais. Nas específicas sobre a educação, identificamos estudos sobre a educação de jovens e adultos, com o foco em suas dimensões pedagógicas, nos aparatos institucionais, nas questões sobre qualidade do ensino, projetos pedagógicos e currículos, acesso e permanência.

No entanto, sobre essa modalidade de ensino para jovens e adultos com vinculações aos sujeitos em situação de rua, a pesquisa nos mostrou uma carência significativa de estudos, pesquisas e produções. Observou-se que aquelas identificadas com a temática são objetos de reflexões e análises, pelas importantes contribuições, sendo referências para as nossas indagações construídas no projeto em tela.

Consideramos que, mesmo que as universidades, institutos de pesquisa e seus docentes pesquisadores tenham como premissa a liberdade de escolhas de objetos das pesquisas e das ações de extensão, vale considerar, de certo modo, uma possível associação, que as produções sobre a população em situação de rua com as temáticas mais abrangentes sobre esse público, ocorreram nos contextos de ampliação dos debates e denúncias sobre direitos humanos, violência urbana, opressões institucionais nas ruas brasileiras, tais como assassinatos, massacres, recolhimentos compulsórios de pertences, entre outros.

Destaca-se a possível influência da criação dos conselhos de direitos e de políticas públicas, e, com isso, as cobranças públicas sobre a garantia de acesso aos direitos e efetivação das políticas públicas de proteção social voltadas a esse segmento social. Outro aspecto a se considerar é o aumento da visibilidade sobre os movimentos sociais, nacional, estadual, com presenças articuladas nos municípios, seguido da ampliação das redes de comunicação de perfil crítico.

Nas produções elencadas no mapeamento, nos chamaram a atenção as

dissertações com temáticas que se voltaram ao debate sobre as raízes da formação social desse público no país, o lugar da rua como território de uso, de expressões cotidianas e sobrevivência, é o caso do debate de Silva (2024), ao trazer os questionamentos sobre o recente crescimento da população em situação de rua, articulando ao padrão nacional com uma pesquisa que enfatiza a categoria superpopulação relativa.

De forma direta, há produções com o objeto educação de jovens e adultos, envolvendo a apresentação de metodologias construídas a partir das vivências nas ruas e as contribuições para o reconhecimento de saberes e conhecimentos, instituições de acolhimentos com experiências voltadas para as necessárias articulações entre educação e trabalho e sobre permanência nesta modalidade de formação escolar.

Ressalta-se uma dissertação que trata da revisitação ao pesquisador Osmar Fávero, sobre a educação brasileira e de jovens e adultos (EJA), tendo como centralidade as questões e análises que o mesmo apresenta acerca da relevância da formação de educadores pesquisadores sobre educação de jovens e adultos, uma vez se tratar de um campo peculiar na educação, sobretudo por ser composta de estudantes trabalhadores e trabalhadoras, com trajetórias de ingresso precoce no trabalho e de empobrecimento.

A partir de nossa aproximação com essa produção, identificou-se que há nela um conjunto de questões que se aproximam com o centro temático da pesquisa do pós doutorado, que é a preocupação com a inclusão social de segmentos sociais majoritariamente vulnerabilizados e frequentemente submetidos a condições que os mantêm em tal condição, assim como sobre a importância das conexões de saberes, ou seja, a interação dos saberes formais com aqueles que são partes inerentes dos múltiplos cotidianos das pessoas em situação de rua.

A respeito, de certo modo, trata-se do debate do pesquisador Osmar Fávero e apreciado pela autora Portela (2023), sobre a educação popular e os valores que tal perspectiva dispõe, quando considerada a diversidade de perfis desse público - social, político, econômico, cultural, de gênero, raça, territorial-espacial, entre outros.

A tese de doutorado de Santos (2023) traz contribuições relevantes para a presente pesquisa em vários aspectos relacionados ao nosso objeto, sobretudo quanto aos questionamentos apresentados acerca do lugar da população em situação de rua na sociedade, nos territórios de uso e as respostas das políticas públicas, especialmente a proteção social especial de média e alta complexidade na Assistência Social (Centro Pop - Centro de Referência Especializado da População em Situação de Rua e instituições de Acolhimento) e o seu trato institucional dos resultados das pesquisas e censos oficiais, com o destaque às lacunas educacionais e, também ao trabalho e desemprego.

A análise desenvolvida pelo autor sobre a categoria necessidade, incluiu importantes percursos histórico- políticos, nos indicando que os tempos atuais apenas a

ressignificou, estando sob o trato de necessitados múltiplos sujeitos, não somente a população com elos geracionais com a pobreza, mas trabalhadoras e trabalhadores que são imersos aos processos de informalidade precária e ao desemprego estrutural.

Compartilho das reflexões e análises fundamentadas sobre a categoria, sobretudo ao se referenciar no debate desenvolvido por Pereira (2007, p.59) que a trata pelos significados concretos na existência humana e na produção material. A questão contemporânea encontra-se problematizada na formulação e implementação das políticas, em que os direitos sociais, humanos são restritos, e, em grande parte, violados. A legislação da Assistência Social e seus marcos regulatórios - PNAS e SUAS -, informam e tratam dos deveres do Estado em prol dos direitos à moradia, à inclusão produtiva, à saúde, à assistência social, ao acesso e à permanência aos equipamentos educacionais, à segurança alimentar, sendo que estes constituem um vasto campo de necessidades humanas.

No entanto, o lócus recorrente da população em situação de rua, em vários tempos históricos da formação social brasileira, sempre foi e continua sendo a rua ou os tradicionais sistemas de abrigamentos, ou as modernas instituições de acolhimentos temporários, estas últimas concebidas pelos atuais sistemas de proteção social especial de média e alta complexidade.

Os componentes teóricos, as experiências diversas e suas fundamentações, apresentados e tratados pelo autor sobre a educação, a escola e sua escolha pedagógica de interação com a realidade das variadas experiências de trabalho dos estudantes jovens e adultos em situação de rua, trouxe o sentido diferenciado no trato desse público, demonstrando o quão sua pesquisa e tese caracterizam-se na perspectiva da inovação, uma das atuais diretrizes nacional dos sistemas de pesquisa e inovação.

Esse dimensionamento está presente quando considera as peculiaridades da realidade social vivida e das práticas cotidianas que eles desenvolvem, resgatando suas potencialidades para compor direcionamentos para a educação de jovens e adultos em situação de rua.

Em breve passagem do debate realizado por Santos (2023), ele traz a afirmação, com questionamentos a serem considerados em nossa pesquisa em tela: assumi o desafio de entender como o princípio educativo do trabalho tem se apresentado na vida dos estudantes da EPA – homens e mulheres que usam a rua como espaço de moradia e/ou sobrevivência [...] desenvolvendo oficinas de formação para o trabalho e formando grupos de produção, tem sido somente um espaço de preparação para a inclusão no mercado de trabalho ou tempo possibilitado a reflexão crítica sobre a situação de vida e trabalho dos seus estudantes, criando possibilidades para sua transformação, numa perspectiva humanizadora e autônoma (Santos, p. 117-118).

Aproximando-se de parte da perspectiva de Santos (2023), mas em período anterior

ao seu debate, Losso (2012) ao desenvolver seus estudos e pesquisa sobre a Educação de Jovens e Adultos, embora não tenha se dirigido aos sujeitos em situação de rua, teceu considerações sobre a relevância de não se perder de vista as particularidades das trajetórias do público jovem e adultos da EJA, uma vez que elas devem estar integradas ao uso das mediações pedagógicas, educacionais, ou seja,

[...] destaca-se a importância de se reconhecer os saberes discentes advindos da experiência da vida cotidiana e os saberes docentes advindos da prática para potencializar, através do diálogo, as mediações na ação pedagógica orientada para atender a complexidade da EJA, que se caracteriza como uma modalidade de ensino que constitui movimento didático próprio, que necessita de metodologia específica e que forja a identidade dos sujeitos: o(a) professor(a) aprendendo a ser docente da EJA e o(a) aluno(a) os conhecimentos da EJA (Losso, 2012, p. 6).

Dentre as pesquisas realizadas, houve, também, a busca pelas produções nos repositórios dos programas de pós-graduação nas instituições públicas universitárias do município de Campos dos Goytacazes. Nos últimos dez anos tanto os mestrados como os doutorados não desenvolveram pesquisas sobre temáticas relacionadas à educação e à educação de jovens e adultos (EJA) de pessoas em situação de rua, sendo identificados trabalhos com a abordagem de temáticas relacionadas ao perfil de saúde, sobre o gênero feminino e com o foco nas múltiplas formas de violências, de racismo e sobre território.

Esse mapeamento adicionado à pesquisa, ainda que tenha sido apenas iniciado e desenvolvido por meio da principal aproximação teórico-metodológica pretendida – qual é o lugar de jovens e adultos em situação de rua nas produções científicas e nos sistemas educacionais - nos trouxe questões que nos permite articular outros conteúdos para futuras pesquisas quanti-qualitativas sobre educação de jovens e adultos, por exemplo, conhecer as experiências vividas nos contextos de ingresso e de interrupção da formação escolar desse público, sobre o perfil socioterritorial geral dos ingressantes associado às condições objetivas que sustentam a permanência e o perfil sociopolítico, econômico e cultural da evasão dos estudantes em escolas de periferias.

3.2 Trilhando caminhos entre memórias e violações: o trabalho infantil como marco inicial da evasão escolar

Nos primeiros contatos com os sujeitos institucionalizados em situação de rua, nas instituições de acolhimentos, por meio de atividades de desenhos, recortes e colagens, a equipe da pesquisa formada pela docente coordenadora da pesquisa, discentes dos cursos

de psicologia e serviço social, desenvolve diálogos sobre as relações sociais vividas nas infâncias e as memórias passadas quanto às trajetórias de vínculos e ausências com a educação, com a escola.

Em cada movimento presente nos encontros, várias situações vividas foram mencionadas e identificadas nos diálogos realizados, trazendo consigo uma grandiosidade única e singular, sobretudo acerca da precocidade do ingresso no trabalho junto aos familiares, sua naturalização, normalização, no entanto, cabe o destaque sobre um aspecto em comum que chamou a atenção da equipe, fazendo com que se tornasse indispensável nas reflexões e análises: a experiência de trabalho infantil e o seu incentivo como uma das primeiras violações de direito educacional vivida por pessoas que, no futuro, iriam ter seu caminho cruzado com a situação de rua.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), em seu artigo número 60, é previsto o direito à profissionalização e à proteção no trabalho. Proíbe-se também qualquer trabalho para crianças menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz (Brasil, 1990). No entanto, a realidade social resgatada nos diálogos se apresenta de outra forma. Além do crescimento exorbitante do trabalho infantil em território nacional, a maioria das crianças encontradas em tais situações são crianças negras (IPEA, 2024). Novamente, tem-se um recorte bem demarcado sobre os corpos que se encontram desprotegidos e tem suas infâncias constantemente violadas: crianças e adolescentes em situação de empobrecimento progressivo e negras.

Ressalta-se que, segundo dados levantados no Primeiro Censo Municipal realizado no ano de 2022 de 114 pessoas com trajetórias de rua e em situação de institucionalizadas, 39% se autodeclararam da cor preta, 29% pardas e 28% brancas (Campos dos Goytacazes, 2022). Assim, com 68% de pessoas negras, ressalta-se novamente que o histórico de trabalho infantil acentuado com este público não é uma trivialidade e muito menos desassociado com a exploração estrutural da mão de obra negra no Brasil.

Retirados da instituição escolar por motivos, frequentemente, atrelados a insegurança financeira e extrema pobreza, essas pessoas assumem muito cedo em suas vidas a responsabilidade de prover economicamente para suas famílias; assim, o esforço que antes podia ser destinado para si mesmos e a construção de um futuro diferente, agora é destinado para o trabalho em condições insalubres e inconstitucionais. Percebe-se que essas crianças não puderam pensar em um futuro a longo prazo, visto a incerteza de suas existências no amanhã.

Baseado nos relatos apresentados às pesquisadoras, o amadurecimento precoce trouxe na vida adulta uma série de arrependimentos relacionados a não vivência integral de sua infância, do brincar e da vida cotidiana em família, ocasionando sentimentos angustiantes e entristecidos relacionados ao passado. O afastamento do ambiente escolar

impõe novos obstáculos ao processo de retorno à educação formal. Ao refletirem sobre a possibilidade de reingressar nesse espaço, os participantes expressam sentimentos de inadequação, incompatibilidade e não pertencimento, evidenciando como a interrupção da trajetória escolar repercute negativamente em sua percepção sobre a própria capacidade de retomar os estudos. Nessa linha, é observado um novo fenômeno, muito presente no discurso das pessoas em acolhimento, que importa trazer a luz para compreender os resultados da pesquisa: a educação enquanto um sonho distante, mas não uma possibilidade concreta.

3.3 A reinserção escolar e o conflito entre desejos e deveres

Ainda nos diálogos sobre memórias, cultura e educação, já se mostravam percepções expressivas sobre o ambiente escolar, que eram compartilhadas por grande parte dos sujeitos institucionalizados. A escola, para eles, era majoritariamente compreendida como um espaço positivo, fonte de aprendizado, atrelada a uma parte de suas infâncias que lhe trazia diversão – mesmo quando não foi vivida como uma boa experiência no passado, ainda assim há o reconhecimento da importância do espaço e o desejo de que seus filhos, netos e/ou sobrinhos estejam nas escolas.

No entanto, quando se tratava de refletir sobre a possibilidade de retornar a esse espaço e continuar a escrever um novo capítulo dessa história, boa parte das reações se apresentavam em um sorriso distante e desenganado, como se o encanto de relembrar os tempos da escola se encontrassem com a realidade da vida dura que atualmente levam. Nas falas que os acompanhavam, eram apresentadas histórias de vida cercadas de dor e um sentimento de desesperança em relação a se encontrar com o seu eu-estudante novamente.

As razões variam pouco, e frequentemente recaem em dois fundamentos: os sujeitos se sentiam atrasados e “velhos” demais para retornarem aos estudos ou não se permitiam pensar sobre tal possibilidades em vistas à necessidade de utilizarem seu tempo e esforço para conseguirem um trabalho.

Sobre o primeiro tópico, trata-se de um pensamento encontrado frequentemente quando se trata da educação de jovens e adultos. A EJA como é conhecida atualmente passou por diversas transformações ao longo das décadas e das governanças no Brasil, passando pela Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), no governo Gaspar Dutra, e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) no governo Juscelino Kubitschek e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) na ditadura militar até, posteriormente, se transformar com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Resolução CNE/CEB n.º 11/2000. Instituiu-se com ela as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, onde a EJA foi reconhecida como modalidade da educação básica e compreendida como uma política de reparação histórica. Esse reconhecimento caminha para a atribuição ao Estado da responsabilidade pelas desigualdades educacionais decorrentes da herança colonial e escravocrata brasileira, deslocando a culpabilização dos sujeitos para a responsabilização do poder público.

Em contrapartida, a realidade encontrada na EJA no Brasil é cercada de desafios, descaso e precariedade; metas estabelecidas e que, mesmo anos depois, ainda se encontram longe de serem alcançadas e um campo que muitas vezes rememora violências estruturais devido ao despreparo para acolher vivências diversas, como a da situação de rua (Rodrigues, 2025). É possível refletir que, se a educação tradicional já é um âmbito de disputa de poderes e desinteresse, a educação de jovens e adultos, por seu caráter disruptivo e sua busca pela recuperação dos direitos violados, será ainda mais desacreditada. Não apenas desacreditada, mas também desincentivada, justamente por poder alterar as trajetórias de vida de sujeitos historicamente marginalizados.

Esse desincentivo não se manifesta apenas nas condições precárias de ofertas e sustentação das políticas públicas, mas também se reproduz nas mentalidades e discursos sociais. O campo da EJA é atravessado por estigmas e preconceitos que, muitas vezes, são incorporados pelas próprias pessoas que poderiam ser beneficiadas por essa modalidade de ensino. Entre pessoas em situação de acolhimento, por exemplo, é recorrente a ideia de que existe uma idade "correta" para estudar, o que contribui para afastá-las da retomada de sua trajetória escolar. Tais pensamentos buscavam ser acolhidos e questionados afim de repensar junto dos sujeitos as bases que sustentam essa ideia e a possibilidade de construir novas formas de pensar.

Essas crenças, no entanto, não são abandonadas facilmente. Mas foi possível plantar a semente da dúvida e, em alguns casos, observá-la germinar, ocasionando no retorno de cerca de 6 pessoas em acolhimentos para a rede de ensino, na modalidade EJA ou na CEJA do município. Porém, para grande parte das pessoas participantes da pesquisa, não havia espaço para dúvidas quando se depararam com sua realidade objetiva, e, mesmo que desejassem retornar para o espaço escolar, não se permitiram buscar este sonho. Reitera-se que uma das maiores dificuldades identificadas esteve relacionada à necessidade de inserção no mercado de trabalho, compreendida como uma das principais motivações que atravessaram o acompanhamento.

O trabalho é concebido historicamente no ocidente como uma atividade central da vida humana que une vida social e vida pessoal, sendo utilizado como pauta para organização da vida em sociedade principalmente por ser via de acumulação de capital, movimento essencial no sistema econômico vigente (Antunes, 1999). Em registros

históricos anteriores, observa-se que a constituição das relações de trabalho foi marcada por processos de exploração e exclusão. Trabalhadores que não correspondiam às exigências impostas pelas transformações nas formas de organização do trabalho eram marginalizados e privados de meios de subsistência, tendo suas tentativas de resistência fortemente reprimidas (Castel, 2008). Tal processo é apontado como um dos fatores associados ao surgimento e à ampliação da população em situação de rua na Europa a partir do século XIV.

Apesar dos registros utilizados serem datados e das constantes transformações no mundo do trabalho, sua centralidade permanece inquestionável. No capitalismo, o trabalho ocupa uma posição que ultrapassa a esfera econômica e influencia a própria organização da vida em sociedade, fazendo com que o trabalho (ou a ausência dele) torne-se um marcador de pertencimento social e participação da vida em comunidade (Antunes, 1999). Assim, o desemprego não representa apenas a falta de renda, mas também uma condição de vulnerabilidade e insegurança social, na medida em que o indivíduo é empurrado para as margens da vida coletiva.

Estando a pessoa em situação de rua majoritariamente sem um trabalho formal ou fonte de renda estável, está automaticamente fora da vida em sociedade. Recuperar seu espaço poderia ser colocado então como uma necessidade para além da subsistência e da autonomia (aspectos que por si só já constituem grandes motivações), mas atuando também na restauração da dignidade de si e de sua imagem social.

Entende-se, dessa forma, que o posicionamento dos acolhidos de priorização da obtenção de trabalho formal está relacionado a fatores de diversas ordens e se configura como uma urgência. Entretanto, é importante pontuar que ao longo do período de execução do projeto, em reuniões, diálogos e dinâmicas, as falas dos acolhidos sobre a dificuldade em conseguir um emprego foram inúmeras. Os relatos apontavam processos de contratação injustos e burocratização excessiva, que traziam complicações para o acesso à empregabilidade formal.

Ainda assim, conseguiu-se acompanhar um dos acolhidos com ativa participação no projeto, e que havia recomeçado seus estudos na CEJA em 2025, efetuando sua reinserção no mercado de trabalho. Isso culminou, no entanto, no abandono dos estudos e na substituição de seus planos para a vida acadêmica em planos para o emprego. Não propõe-se, nesse sentido, adotar postura de reprovação de sua escolha pessoal – ainda que esta seja sustentada por fatores políticos e culturais –, mas sim apontar um acontecimento que simboliza algo suscitado ao longo do projeto, que é a importância de pensar as condições de permanência para além da inserção.

Tal aspecto, fundamental para o debate educacional, não pode ser sustentado apenas pelos esforços das pesquisadoras, mas também exige mudanças urgentes na

estruturação das políticas públicas de trabalho e renda do município e articulação com as políticas de educação.

A fragilidade das políticas públicas e seu distanciamento da realidade das ruas colabora para o sentimento de desesperança e abandono estatal que é sustentado pelos acolhidos. Durante as trocas em atividades de pesquisa e extensão, foram tecidas falas de revolta frente ao não tratamento adequado de suas demandas e a constante invisibilidade do público em situação de rua nos planejamentos públicos; a revolta e as exigências jamais atendidas acabam se tornando sofrimento psíquico. A socióloga Bader Sawaia (2004) inaugura um termo indispensável para este debate, o sofrimento ético político, ao qual, em seus estudos, trabalha a partir dos efeitos psicológicos oriundos das injustiças sociais. Tal sofrimento não pode ser analisado ou trabalhado de forma isolada, mas sim em consonância com a realidade de gênero, raça, territorial e de renda do sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva que apresentamos neste encerramento da pesquisa, é que se avance no trato da temática das pesquisas sobre os lugares socialmente determinados, a partir da escuta e voz do público população em situação de rua em suas mediações histórico-sociais, envolvendo órgãos que formulam e implementam políticas públicas, as universidades e institutos de pesquisas, dando continuidade aos levantamentos das produções acadêmicas com a instalação de observatórios permanentes no âmbito da educação, trabalho e saúde, com vistas a potencializar estudos e acompanhamentos sobre a educação de jovens e adultos, os sistemas de geração de emprego e renda e de saúde pública para aqueles que estão em situação de rua e de institucionalização. Especificamente na formação escolar, os dois ciclos de ensino, fundamental I e II, e o ingresso, permanência e evasão no CEJA e ensino profissionalizante.

Ressalta-se a importância da criação, na esfera local, de estruturas peculiares de acolhimento educacional das pessoas jovens e adultas em situação de rua e de institucionalização, com projetos pedagógicos adequados ao perfil histórico de suas trajetórias de vida.

Ao mesmo tempo, reafirma-se, ser adequado a urgência da ferramenta, observatório da educação de jovens e adultos em situação de rua e institucionalizados, tanto para registros como para acompanhamentos sobre os fluxos de ingresso, permanência e evasão deste público, em parceria com as unidades escolares e comunidades que ofertam essa modalidade de ensino.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sara Ferreira de; OLIVEIRA, Maria Waldenez. O mundo da Rua Educa: processos da população de rua na cidade de São Carlos-SP. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, v.24, n. 43, p.147-159, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARROS, S.P. **Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos**: negros nas legislações educacionais do século XIX. *Educação e Pesquisa*, v. 42, p. 591-605, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BDTD. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em 31 de março de 2025.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Império do Brasil, 25 mar. 1824. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 28 de jul. 2026.

BRASIL. [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988]. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 28 de jul. 2026.

BRASIL. [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990]. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 28 de jul. 2026.

BRASIL.[Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1941]. **Código Penal**. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 28 de jul. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. NOB/SUAS 2012: **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004**. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 11, de 10 de maio de 2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília, DF: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação Básica, 2000. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em: 28 de jul. 2026.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social. **I Censo Municipal sobre a População em Situação de Rua, 2022.** Disponível em: social.campos.rj.gov.br. Acesso em: 28 de jul. 2026.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Prefeitura Municipal. **Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop.** Campos dos Goytacazes: SMASC, 2025.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. 10. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

CUNHA, Júnia Valéria Quiroga da. **Rua: aprendendo a contar.** Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua. Organização de Mônica Rodrigues. Brasília, DF: MDS, UNESCO, 2009. Disponível em: mds.gov.br. Acesso em: 28 de jul. 2026.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 32. ed. São Paulo: Cortez, 2020, p.23.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Análises situacionais e retrospectivas: população em situação de rua.** Brasília: Ipea, 2025. 9 p. DOI: <https://doi.org/10.38116/ri-eb-2050-situacao-de-rua>. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/16822/1/RI_Analises_situacionais_e_retrospectivas_populacao_em_situacao_rua.pdf. Acesso em: 21 jul. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Análises situacionais e retrospectivas: população em situação de rua.** Brasília: IPEA, 2024. Disponível em: ipea.gov.br. Acesso em: 28 de jul. 2026.

IPEA. **A População em Situação de Rua nos números do Cadastro Único.** Texto para discussão, 2024.

LOSSO, Adriana Regina Sanceverino. **Os sentidos da mediação na prática pedagógica da educação de jovens e adultos.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: repositorio.jesuita.org.br. Acesso em: 29 de jul. 2026.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Boitempo, 2012.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MONZELLI, Gustavo Avila; CARGNIN, Maria Aline; NAVARRO, Vera Lucia. **Precarização do trabalho e adoecimento mental: uma revisão integrativa**. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 48, e. 24, 2023.

NERES, Efigênia Alves; GONÇALVES, Marli Clementino; Araújo, Neuton Alves de. (2020). Educação de Jovens e Adultos no Brasil: contradições entre políticas públicas e qualidade educacional. *Revista on Line De Política E Gestão Educacional*, 24(3), 1524–1540. <https://doi.org/10.22633/rpge.v24i3.14163>

NOVAES, Edmarcius Carvalho; SOUZA, Sandra Aparecida Barbosa; PEREIRA, Wanderson. **O direito à educação e as possibilidades de ressignificação: um relato de experiência com pessoas em situação de rua**. *InSurgência: revista de direitos e movimentos sociais*, v. 5, n. 2, p. 190-214, 2019. DOI: doi.org

NUNES, Maria; SENNA, João; CINACHI, Ana. **Políticas públicas e população em situação de rua**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos**. 4.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007. 214 p.

POCHMANN, Márcio. **Desigualdade econômica no Brasil**. São Paulo: Ideias & Letras, 2021.

PORTELA, Beatriz Faustino da Silva. **Osmar Fávero: contribuições para a educação brasileira e para a formação de pesquisadores em educação de jovens e adultos**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2023. Disponível em: <http://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/22750>. Acesso em: 20 de junho de 2025.

RODRIGUES, Yasmin Velasco. **(Re)construindo pontes: experiências de pessoas institucionalizadas com trajetória de situação de rua no reingresso à educação**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Psicologia. Universidade Federal Fluminense - UFF-Campus Campos dos Goytacazes-RJ, 2025.

SANTOS, Renato Faria. **O acolhimento da população em situação de rua: experiência do Núcleo de Trabalho Educativo da EPA**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/183146/001078570.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2025.

SANTOS, Renato Faria. **A escola, o trabalho e a população em situação de rua: o caso da Escola Porto Alegre (EPA)**. Tese Doutorado do Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2023. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em : 26/07/2025.

SANTOS, Roberto da Silva. **Contra a Maré: projetos de vida e permanência na escola de alunos do Programa de Educação de Jovens e Adultos II (PEJA II), da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2022). Disponível em: <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/19826>. Acesso em 22 de maio de 2025.

SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 5. ed. Petrópolis-RJ, 2004.

SILVA, Bianca Resende da. **Não Somos Invisíveis: O crescimento da População em Situação de Rua no contexto recente – o caso da cidade de Niterói**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional. Faculdade de Serviço Social de Niterói. Universidade Federal Fluminense. 2024. Disponível em: https://sucupiralegado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=15180389. Acesso em 22 agosto de 2025.

SILVA, Diogo Jordão. **População em situação de rua e os usos do território: uma análise das estratégias de sobrevivência na área central de Campos dos Goytacazes**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, RJ. Texto Mimeo. 2018.

SILVA, Leda Regina de Barros. **Relatório final do estágio pós doutorado em políticas públicas e formação humana**. Programa Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana - UERJ. 2026

SOUZA, Kleyne Cristina Dornelles de. **Nessa rua, Nessa rua, tem educandos da EJA com narrativas fotográficas para nos contar**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade de Brasília. 2019. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/3575>. Acesso em: 28 de maio de 2025.

THEODORO, Mário. **A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. Disponível em: <https://books.google.com.br>. Acesso em: 26 jul. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Número de pessoas em situação de rua cresce no Brasil em 2025, mostra Polos de Cidadania, da UFMG**. Belo Horizonte: Rádio UFMG Educativa, 13 jan. 2026. Disponível em: _

<https://www.ufmg.br/comunicacao/radio-ufmg-educativa/publicacoes/noticias-externas/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-cresce-no-brasil-em-2025-mostra-polos-de-cidadania-da-ufmg/>. Acesso em: 21 jul. 2026.

UFMG. Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua. **Relatório Anual de Monitoramento das Políticas Públicas para a PopRua 2025**. Belo Horizonte, 2026. Disponível em: obpoprua.direito.ufmg.br. Acesso em 20 de maio de 2026.